

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

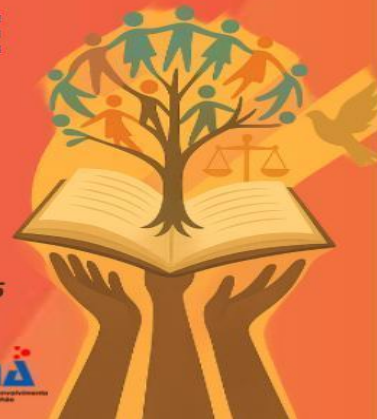
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



CORPOREIDADE INFANTIL: a precarização por meio do uso excessivo de telas

Ariane de Almeida Menezes¹
Marilândes Mól Ribeiro de Melo²

Resumo: Na contemporaneidade, as telas passaram a ocupar um lugar central nas experiências infantis, atravessando contextos familiares, escolares e sociais. Tal centralidade provoca deslocamentos nas vivências corporais das crianças, tensionando a relação entre cultura midiática e corporeidade na Educação Infantil. Isto posto, este artigo analisa as implicações do uso excessivo de telas na precarização do corpo infantil, a partir dos Anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), do Grupo de Trabalho 7 (GT7) - Educação da Criança de 0 a 6 anos. A metodologia adotada foi a abordagem qualitativa e interpretativa, fundamentada a partir de um levantamento bibliográfico. Do total de 388 trabalhos consultados, 25 apresentaram afinidade com a temática. As categorias analisadas foram: 1. A rotina escolar como dispositivo de controle e contenção do corpo infantil; 2. A formação docente e a ausência de intencionalidade pedagógica sobre o corpo infantil e 3. Telas, cultura midiática e a precarização do corpo infantil. Os resultados evidenciaram que o tema, embora ainda pouco explorado, se articula a problemáticas como: rotinas escolares rígidas que controlam e silenciam os corpos, práticas pedagógicas sem intencionalidade sobre a corporeidade e a influência da cultura midiática que transforma o corpo infantil em espetáculo e consumo. Concluímos, que o uso de telas não inaugura a precarização dos corpos, mas a intensifica, reforçando práticas de silenciamento já presentes na Educação Infantil. Defendemos, assim, a necessidade de práticas pedagógicas que retomem a corporeidade como eixo central do desenvolvimento e da experiência infantil.

Palavras-chave: Infância; Corpo infantil; Telas; Precarização; ANPEd.

CHILDHOOD CORPOREITY: precarization through excessive screen use

Abstract: In contemporary times, screens have come to occupy a central place in children's experiences, permeating family, school, and social contexts. This centrality causes shifts in children's bodily experiences, creating tension in the relationship

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (PPGE-IFC), Campus Camboriú. Pesquisa sobre a corporeidade como elemento central da infância. E-mail para contato <arianedealmeidamenezes@gmail.com>.

² Professora no Curso de Licenciatura em Pedagogia e no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) do Instituto Federal Catarinense - IFC. Email para contato <marilandes.melo@ifc.edu.br>.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

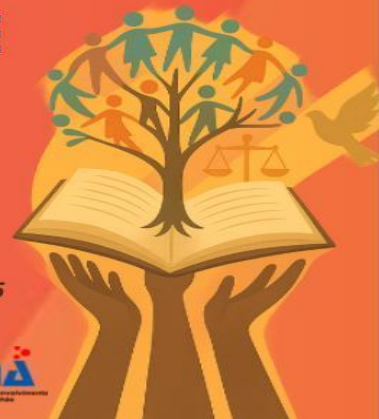
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



between media culture and corporeality in Early Childhood Education. Therefore, this article analyzes the implications of excessive screen use on the precarization of the child's body, based on the Proceedings of the National Association of Postgraduate Studies and Research in Education (ANPED), Working Group 7 (GT7) - Education of Children from 0 to 6 years old. The methodology adopted was a qualitative and interpretative approach, based on a bibliographic survey. Of the 388 works consulted, 25 showed affinity with the theme. The categories analyzed were: 1. The school routine as a device for controlling and containing the child's body; 2. Teacher training and the absence of pedagogical intentionality regarding the child's body; and 3. Screens, media culture, and the precarization of the child's body. The results showed that the topic, although still little explored, is linked to problems such as: rigid school routines that control and silence bodies, pedagogical practices lacking intentionality regarding corporeality, and the influence of media culture that transforms the child's body into spectacle and consumption. We conclude that the use of screens does not inaugurate the precarization of bodies, but intensifies it, reinforcing silencing practices already present in Early Childhood Education. We therefore advocate for the need for pedagogical practices that reclaim corporeality as the central axis of child development and experience.

Keywords: Childhood; Child's body; Screens; Precariousness; ANPED.

CORPOREIDAD INFANTIL: precarización por uso excesivo de pantallas

Resumen: En la época contemporánea, las pantallas han llegado a ocupar un lugar central en las experiencias infantiles, permeando los contextos familiares, escolares y sociales. Esta centralidad provoca cambios en las experiencias corporales infantiles, creando tensión en la relación entre la cultura mediática y la corporalidad en la Educación Infantil. Por lo tanto, este artículo analiza las implicaciones del uso excesivo de pantallas en la precarización del cuerpo infantil, con base en las Actas de la Asociación Nacional de Estudios de Postgrado e Investigación en Educación (ANPED), Grupo de Trabajo 7 (GT7) - Educación de Niños de 0 a 6 años. La metodología adoptada fue un enfoque cualitativo e interpretativo, basado en un levantamiento bibliográfico. De los 388 trabajos consultados, 25 mostraron afinidad con el tema. Las categorías analizadas fueron: 1. La rutina escolar como dispositivo de control y contención del cuerpo infantil; 2. La formación docente y la ausencia de intencionalidad pedagógica respecto al cuerpo infantil; y 3. Pantallas, cultura mediática y la precarización del cuerpo infantil. Los resultados mostraron que el tema, aunque aún poco explorado, se vincula con problemas como: las rígidas rutinas escolares que controlan y silencian los cuerpos, las prácticas pedagógicas carentes de intencionalidad respecto a la corporalidad, y la influencia de la cultura mediática que transforma el cuerpo infantil en espectáculo y consumo. Concluimos que el uso de pantallas no inaugura la precarización de los cuerpos, sino que la intensifica, reforzando prácticas de

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

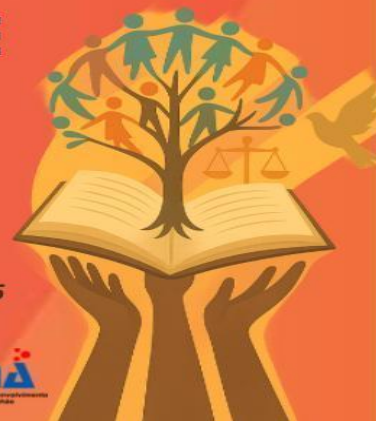
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



silenciamiento ya presentes en la Educación Infantil. Por lo tanto, abogamos por la necesidad de prácticas pedagógicas que reivindiquen la corporalidad como eje central del desarrollo y la experiencia infantil.

Palabras clave: Infancia; Cuerpo infantil; Pantallas; Precariedad; ANPED.

INTRODUÇÃO

“Descoberta pelo mercado, a criança vive o paradoxo de ser, ao mesmo tempo, consumidor e objeto de consumo” (Souza; Pereira, 1998, p. 38).

A epígrafe que abre este artigo nos impulsiona a pensar a coisificação da infância, ainda mais evidente no contexto contemporâneo, no qual o uso de telas³ tem se tornando um elemento inevitável no cotidiano infantil, afinal, elas estão presentes nos ambientes familiares, nos espaços escolares, nos momentos de lazer e nas dinâmicas de socialização. Nesse cenário, as crianças não apenas consomem tecnologia, mas são incorporadas às dinâmicas de mercado que reorganizam seus tempos e experiências. Ao refletir sobre os efeitos da digitalização, Han (2023, p. 94) argumenta que ela “desfaz o ser enquanto ser-com”, fragmentando o tempo e impondo um regime de imediatismo que compromete a experiência do demorar-se. Tal fragmentação incide de modo ainda mais sensível sobre crianças de 0 a 6 anos, que se encontram em um período de intenso desenvolvimento cerebral (Brasil, 2025)⁴.

Embora a Sociedade Brasileira de Pediatria (2019) recomende restrições ao uso de telas na primeira infância⁵, a pesquisa de Arantes e Moraes (2022) indica que 83% das crianças iniciam o uso de dispositivos no primeiro ano de vida e que 87,3%

³ Entende-se como telas nesta pesquisa, as tecnologias como: celulares, televisores, tablets, computadores entre outros.

⁴ As crianças “encontram-se em um momento de intenso desenvolvimento cerebral, no qual constroem habilidades que servirão de base para capacidades futuras” (Brasil, 2025, p. 19).

⁵ A Sociedade Brasileira de Pediatria (2019) aconselha que crianças menores de 2 anos não devem ser expostas passivamente às telas sem necessidade, e que crianças de 2 a 5 anos de idade podem permanecer em frente às telas por no máximo 1 hora por dia com supervisão dos responsáveis.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

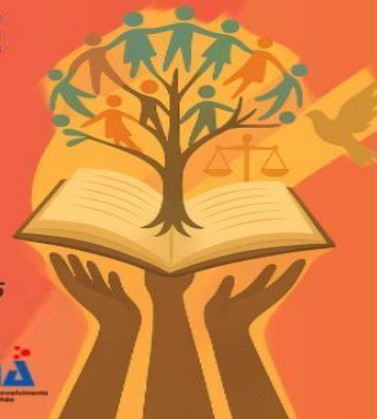
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



permanecem mais de uma hora por dia conectadas; esse distanciamento entre orientação e prática cotidiana evidencia que a mediação digital tem ocupado um espaço central na experiência infantil.

Tal centralidade tensiona a própria constituição da infância, pois, como destaca Oliveira (2003, p. 47), o desenvolvimento infantil resulta da interação do corpo com os objetos, com as pessoas e com o mundo com o qual a criança estabelece vínculos afetivos e emocionais. Desta forma, ao terem contato precoce e excessivo com as telas, as crianças tendem a ficar imersas num mundo virtual carente de interações sociais reais.

Em contraste com a lógica do imediatismo digital, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil reafirmam as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes das práticas pedagógicas, assegurando experiências sensoriais, expressivas e corporais que respeitem os ritmos das crianças (Brasil, 2010). Entretanto, esse reconhecimento nem sempre se concretiza nas práticas pedagógicas. É nesse hiato entre prescrição e efetivação que se instaura a precarização do corpo infantil. Nessa direção, Arroyo (2012, p. 24) afirma que “faltou uma pedagogia dos corpos ou sobraram tratos antipedagógicos dos corpos”, indicando que a escola nem sempre sustenta, na prática, aquilo que defende no discurso. Ao questionar que imagens e cultura corpórea se constroem em experiências marcadas pelo “malviver” (Arroyo, 2012, p. 17), o autor amplia essa crítica e evidencia os efeitos dessas práticas na forma como o corpo é vivido na infância. Diante desse cenário, torna-se indispensável uma atuação pedagógica intencional que reafirme o corpo como elemento constitutivo da infância, promovendo experiências de movimento, brincadeira e imaginação em contraposição à passividade induzida pelo uso excessivo das telas.

Foi a partir dessa inquietação que se constituiu a pesquisa que fundamenta este artigo. As reflexões aqui apresentadas resultam de um Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido na Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú, no ano de 2025, que analisou a produção acadêmica acerca do uso excessivo

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

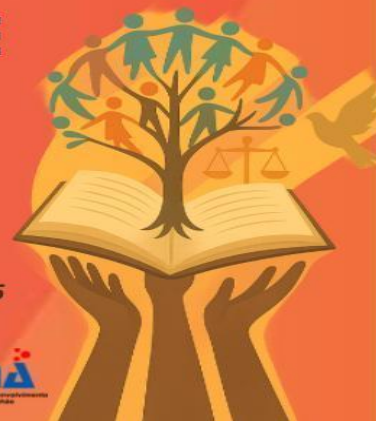
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



de telas na infância, tomando como recorte os trabalhos publicados nos anais das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no Grupo de Trabalho 7 (GT7) Educação da Criança de 0 a 6 anos.

Para a elaboração do artigo, adotamos como procedimento metodológico, uma abordagem qualitativa de cunho interpretativo, partindo do entendimento de que os significados não estão prontos, mas são construídos na relação entre pesquisador, o objeto e o contexto. Realizamos um levantamento bibliográfico no acervo digital da ANPEd⁶, abrangendo as publicações do GT7 entre a 23^a edição (2000) e a 41^a edição (2023). A análise foi inspirada na metodologia do Estado do Conhecimento (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021), iniciando com o mapeamento dos trabalhos e pôsteres das 17 edições disponíveis, as quais totalizaram 388 textos. Na sequência, definimos os descritores “telas”, “prática docente”, “celular” e “televisão”; identificamos que 47 artigos continham ao menos um desses termos nos títulos; esses foram selecionados para a leitura flutuante. Desses, apenas 25 apresentaram relação direta com a temática investigada e passaram a compor o corpus analítico. A organização de uma bibliografia anotada dessas produções subsidiou a escrita interpretativa desenvolvida a seguir, no item 2 deste artigo.

2 O USO EXCESSIVO DE TELAS E A PRECARIZAÇÃO DO CORPO INFANTIL: NO GT7- EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS DA ANPEd

Neste item apresentamos a análise interpretativa realizada a partir dos trabalhos e pôsteres coletados no GT7, da ANPEd. Nele objetivamos identificar de que maneira essa temática tem sido abordada por pesquisadores da área da Educação Infantil.

2.1. A rotina como dispositivo de controle e contenção do corpo infantil

⁶ Compreendemos o papel fundamental dessa Associação no contexto educacional brasileiro em termos de difusão da pesquisa em educação e por congregar pesquisadores do Brasil debatendo diversificadas temáticas, caras ao campo educacional. Site da Associação: <https://anped.org.br/>

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Na Educação Infantil, a rotina é frequentemente apresentada como um elemento organizador do trabalho pedagógico, associado à segurança, previsibilidade e continuidade das aprendizagens. Contudo, quando observada mais atentamente, pode configurar-se como dispositivo de controle e contenção do corpo infantil. A categoria **“rotina como dispositivo de controle e contenção do corpo infantil”**, foi observada nos artigos de Batista (2001), Barbosa (2001), Carvalho (2006), Simão (2008) e Macêdo e Dias (2015), os quais evidenciam que, quando estruturada a partir de lógicas rígidas e homogeneizadoras, a organização do tempo e do espaço tende a disciplinar corpos e limitar a expressividade das crianças, contribuindo para a precarização de suas experiências corporais.

Batista (2001)⁷, mostra que muitas crianças permanecem nas creches por até doze horas diárias, o que transforma esse espaço em um dos principais contextos de socialização e vivência da infância. Não se trata apenas de organizar o cotidiano, mas de reconhecer que a rotina é parte constitutiva da experiência infantil, interferindo diretamente nas formas como as crianças vivem, interagem e se expressam. Entretanto, quando estruturada de maneira rígida, impondo um ritmo único e linear, distancia-se das múltiplas temporalidades e singularidades infantis, limitando a liberdade das experiências.

Barbosa (2001, p. 5-6)⁸ aprofunda essa crítica ao mostrar que a rotina escolar, longe de ser neutra, carrega uma forte dimensão moral e disciplinadora. Orientadas por concepções hierarquizadas, as rotinas transformam-se em instrumentos de contenção da

⁷ A autora defende que o tempo e o espaço da creche “exercem na vida da criança um papel fundamental e distinto dos demais tempos e espaços (escola, família, rua, entre outros), exigindo que seja pensado, discutido, refletido e pesquisado” (Batista, 2001, p. 2). Batista (2001, p. 6) afirma também que é nesse contexto que emergem as ações de resistência das crianças. Retrata que mesmo em meio às rotinas mais rígidas, “as crianças mostram-se, identificam-se e rebelam-se através de ações e reações de acomodação, resistência e conflito”.

⁸ Para Barbosa (2001, p. 5-6) “um dos principais papéis da escolarização inicial é o de transformar as crianças em alunos. Para desempenhar esse papel, as rotinas utilizam-se de rituais-cerimônias, castigos, imagem de condutas, caráter, modos valorizados de ser e proceder”.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



corporeidade, moldando o corpo infantil desde cedo segundo padrões do que se espera de um “bom aluno”: atento, calmo, obediente e controlado. Carvalho (2006)⁹ amplia essa análise ao mostrar como o disciplinamento do corpo infantil é operado por mecanismos sutis que atravessam as práticas escolares cotidianas. O autor lembra ainda, que essas ações “inscrevem em cada corpo uma dada forma de se ver, de se narrar, de se expressar e de se relacionar consigo e com os outros” (Carvalho, 2006, p.11), transformando o corpo infantil em território de controle. Nessa mesma direção, Simão (2008), observa que a organização rígida dos tempos e espaços e as imposições disciplinares nas creches transformam o corpo infantil em um objeto de vigilância. Esse controle, de acordo com ela, reduz “as possibilidades de experimentar corporalmente gestos, movimentos, expressões e linguagens da cultura na qual estão inseridas” (Simão, 2008, p. 2), resultando em uma prática que silencia o corpo e o submete à lógica da contenção.

Macêdo e Dias (2015), argumentam que esses mecanismos de controle, tornaram-se mais sofisticados e menos visíveis na contemporaneidade: “não se usa mais palmatória, colocar de joelhos, mas a disciplina e o controle sobre a forma de ser e estar das crianças continuam presentes nas instituições de Educação Infantil” (Macêdo; Dias, 2015, p. 6-7). Mesmo em contextos aparentemente democráticos e afetivos, persistem práticas que reforçam o adultocentrismo e a assimetria nas relações pedagógicas. Entretanto, a pedagogia do controle não se sustenta sem resistência, afinal, como destacam as autoras, mesmo sob vigilância, as crianças reinterpretem normas, ressignificam espaços e afirmam sua presença por meio de gestos, olhares e pequenas transgressões, revelando que o corpo infantil, ainda que tensionado, continua buscando espaço para existir (Macêdo e Dias, 2015).

⁹ Nas instituições, “as crianças são provocadas a evitarem condutas ‘erradas’ e a terem atitudes de constante cuidado ante o que pode ser considerado [...] uma falta” (Carvalho, 2006, p. 12-13). Tais práticas, embora pareçam rotineiras e inofensivas, produzem corpos “civilizados”, ajustados às normas e aos valores escolares, apagando gestos espontâneos e expressões singulares.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Nesse contexto, a rotina pode tanto precarizar quanto potencializar as experiências corporais. Quando estruturada a partir de uma pedagogia da escuta e da sensibilidade, torna-se espaço de acolhimento e criação; quando guiada pela homogeneização, converte-se em mecanismo de silenciamento. O desafio, portanto, consiste em construir rotinas que acolham a corporeidade sem anulá-la, reconhecendo o corpo como centro das experiências educativas. Contudo, a precarização do corpo infantil não se restringe à rigidez das práticas; articula-se também à ausência de uma formação docente que reconheça o corpo como dimensão central da infância e do ato educativo, e é nesse ponto que a discussão sobre a rotina se articula à próxima categoria de análise.

2.2 A formação docente e a ausência de intencionalidade pedagógica sobre o corpo infantil

A categoria **“formação docente e a ausência de intencionalidade pedagógica sobre o corpo infantil”** foi observada nos artigos de Garanhani (2005), Azevedo e Schnetzler (2001), Silva e Rossetti-Ferreira (2000), Silveira (2001), Richter (2005), Steininger (2009), Gomes (2004), Silva, Santos Neto e Alves (2008), Ramos (2012) e Nogueira (2023). Os estudos indicaram que a ausência de intencionalidade em relação à corporeidade infantil decorre, em grande medida, de lacunas na formação inicial. Tal constatação não isenta as profissionais de suas responsabilidades pedagógicas, mas evidencia que, diante dessas fragilidades, práticas fundamentadas no senso comum tendem a se perpetuar, produzindo o silenciamento do corpo infantil e a desconsideração de suas potências.

Um dos efeitos mais visíveis dessa formação fragilizada é a redução do movimento à atividade meramente recreativa. Garanhani (2005, p. 5) ressalta que “a exploração de diversas formas de utilizar e de sentir o corpo proporciona à criança o conhecimento de suas características e possibilidades de aprendizagem”. Contudo,

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



como observa a autora, o movimento é frequentemente legitimado apenas em momentos esporádicos, desvinculado de intencionalidade pedagógica e tratado como pausa, e não como dimensão estruturante da aprendizagem.

Esse quadro também se revela na dissociação entre teoria e prática, pois Azevedo e Schnetzler (2001, p. 9) apontam que muitas propostas formativas assumem a forma de “receituário”, aplicadas de modo mecânico, cujo objetivo “parece ser o de formar crianças ajustadas, servis”. Na mesma direção, Silva e Rossetti-Ferreira (2000) evidenciam o abismo entre os discursos que valorizam a corporeidade e as condições concretas de trabalho, demonstrando que o “saber-fazer” não sustenta, por si só, práticas que reconheçam o corpo como dimensão constitutiva da infância.

Silveira (2001) constata que muitas professoras reforçam a “apequenização”¹⁰ das crianças, ao desconsiderarem sua autonomia e ao tratarem o corpo como objeto a ser disciplinado e silenciado. A autora denuncia que, nas instituições, as práticas pedagógicas operam a partir de uma lógica de contenção, que exige das crianças imobilidade, obediência e silêncio, restringindo sua capacidade de agir, brincar e experimentar. Gomes (2004), em consonância com essa análise, reflete sobre como a tensão entre cuidar e educar, aliada às condições institucionais precárias, podem fragilizar a identidade docente e empurrar muitas professoras para práticas instrucionais e escolarizantes, que reduzem ainda mais a valorização do corpo infantil. Richter (2005) amplia essa discussão ao afirmar que a precarização do corpo infantil não é apenas pedagógica, mas também simbólica e cultural. A autora argumenta que as professoras se apropriaram de concepções de corpo produzidas em outros espaços sociais, e as reproduzem no cotidiano escolar, muitas vezes sem consciência crítica. Nesse contexto, a disciplina do corpo não se dá apenas pela rotina ou pela formação técnica, mas por

¹⁰ Essa lógica também recai sobre as próprias professoras, que muitas vezes são submetidas a uma desvalorização profissional que compromete sua autoestima e seu engajamento formativo. Silveira (2001) observa que, ao mesmo tempo em que produzem a apequenização das crianças, as professoras também a sofrem, quando são tratadas como profissionais de “sub-ordem”, mal remuneradas, pouco reconhecidas e sem acesso a processos contínuos de formação e reflexão.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



valores internalizados que associam ordem, limpeza e controle à ideia de uma “boa prática”.

Steininger (2009, p. 2) enfatiza que a prática pedagógica é uma escolha política e, portanto, precisa ser sustentada por um planejamento atento à realidade concreta. Ela afirma que “o planejamento precisa, necessariamente, estar atento à realidade”, o que inclui reconhecer a corporeidade como dimensão pedagógica. Nesse sentido, planejar não é construir um roteiro fechado, mas elaborar uma ferramenta flexível, que abra espaço para a escuta, a presença e o movimento, possibilitando que a ação educativa se configure como diálogo vivo entre adultos e crianças. Dessa forma, fica evidente que a naturalização de práticas que silenciam o corpo, somada à precarização da formação e da prática docente, cria um cenário fértil para a entrada da cultura midiática e das telas como formas substitutivas de relação.

Silva, Santos Neto e Alves (2008, p. 10)¹¹, em diálogo com Paulo Freire, relacionaram a falta de intencionalidade pedagógica a uma “Pedagogia da Infância Oprimida”, na qual as crianças são tratadas como “vir a ser” e não como sujeitos plenos, resultando em práticas que historicamente negam sua corporeidade. Já Nogueira (2023, p. 2) reforça que desenvolver “a consciência crítica docente quanto à necessidade de escutar e dialogar com a criança desde seu ingresso na escola, é vital para encontrarmos caminhos possíveis que favoreçam a construção de práticas pedagógicas alicerçadas nos princípios de uma educação libertadora”. A defesa da autora dialoga com a proposta de Ramos (2012), ao indicar que a escuta e a negociação não se limitam a uma postura metodológica, mas configuram como um compromisso ético-político da professora diante da infância. Desta forma, torna-se evidente que a naturalização de práticas que silenciam o corpo, somada à precarização da formação e da prática docente, cria um

¹¹ Os autores ainda afirmam que: “o mundo é pensado pelo adulto para o adulto, ficando as crianças submetidas a certo ‘adultocentrismo’” e que “com isto é negado [para as crianças] o tempo necessário para atender suas necessidades, sendo impressa aqui a lógica temporal do adulto; os espaços para brincar vão se tornando cada vez mais escassos; o currículo oferecido é descontextualizado da própria realidade, marcado por um caráter apenas pragmático; continua-se a prepará-las para as séries escolares posteriores, ou melhor, para o mercado (Silva; Santos Neto; Alves, 2008, p. 11).

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

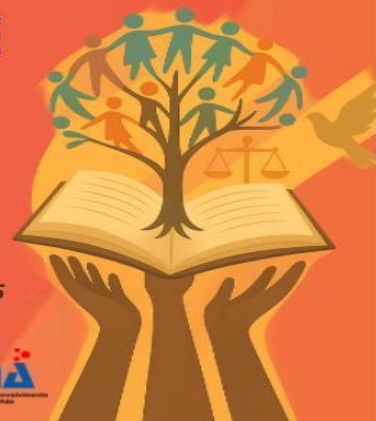
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



cenário fértil para a entrada da cultura midiática e das telas como formas substitutivas de relação.

2.3 Telas, cultura midiática e a precarização do corpo infantil

A categoria “telas, cultura midiática e a precarização do corpo infantil” foi observada nos artigos de Richter (2005), Odínino e Minini (2011), Oliveira (2001), Momo (2006, 2008), Momo e Costa (2009), Salgado, Ferrarini e Luiz (2012), Freitas e Carvalho (2023), Muller (2015), Abreu, Fernandes e Almeida (2023). Os estudos revelaram como os conteúdos midiáticos atravessam o cotidiano das crianças, influenciando suas brincadeiras, relações sociais e modos de habitar o próprio corpo.

Richter (2005) evidencia que a construção do corpo infantil passa pela lógica do consumo e da imagem ao observar crianças que interrompem suas brincadeiras para exibir produtos midiáticos. Esse gesto aparentemente simples revela que o reconhecimento entre pares passa a ser mediado pela posse e pela visibilidade de objetos vinculados à mídia, deslocando o eixo da experiência corporal do brincar espontâneo para a demonstração e a performance. O corpo, nesse movimento, deixa de ser apenas lugar de experimentação sensível e torna-se suporte de exibição e validação social.

Na mesma direção, Oliveira (2001) compreende a mídia como um currículo oculto que molda valores, desejos e práticas corporais dentro e fora da escola. Não se trata apenas de conteúdos consumidos passivamente, mas de repertórios simbólicos que orientam modos de vestir, falar, gesticular e desejar. A cultura midiática, portanto, não apenas ocupa o tempo das crianças, mas atua como dispositivo formativo que produz referências normativas sobre beleza, sucesso, gênero e comportamento.

Odínino e Minini (2011) analisam a reprodução de estereótipos de gênero nas brincadeiras e demonstram que, já nas expressões corporais, as crianças incorporam gestos, posturas e modos de agir fortemente marcados por repertórios midiáticos. Esses

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026

Evento híbrido



repertórios estruturam brincadeiras e gestos infantis, reforçando estereótipos de gênero e direcionando a corporeidade para universos distintos: o mundo cor-de-rosa das princesas e o mundo de força e ação dos super-heróis¹². Não se trata apenas de imitar personagens, mas de assumir corporalmente roteiros de feminilidade e masculinidade que delimitam o que pode ou não ser feito, sentido ou desejado. Assim, determinadas formas de movimento, delicadeza, contenção, força, agressividade, passam a ser associadas a identidades específicas, restringindo a pluralidade das experiências corporais e naturalizando expectativas sociais sobre os corpos infantis.

Momo (2006, 2008) amplia essa crítica ao evidenciar que tais roteiros não circulam de forma neutra, mas estão inseridos em uma cultura global de consumo e visibilidade. A infância contemporânea, antes marcada pela transmissão de saberes locais entre crianças, passa a ser organizada por adultos e grandes corporações midiáticas que definem tendências, personagens e padrões de identificação.

Nesse cenário, como afirmam Momo e Costa (2009, p. 5), as crianças operam ativamente sobre a cultura midiática e, nessa ação, produzem determinadas verdades sobre si mesmas e sobre os modos de ser sujeito na contemporaneidade. Contudo, essa produção ocorre dentro de uma lógica mercadológica que, conforme apontam Salgado, Ferrarini e Luiz (2012), transforma o corpo em vitrine e em produto, articulando identidade, visibilidade e consumo. Borges (2007, p. 92) aprofunda essa discussão ao analisar o corpo infantil como espetáculo. Para a autora, ele é “apresentado pelas mídias, em sua dimensão de espetáculo, com seu significado voltado para o consumo”. Embora reconheça que as tecnologias possam favorecer a criatividade e a participação

¹² Montagnoli et al. (2021, p. 36) ao discutirem as relações de gênero na escola para a construção da cidadania, afirmam que nas escolas tal debate é um “elemento determinante para a compreensão histórica da exclusão social das mulheres e seus impactos sobre a vivência da cidadania plena”, mostrando que para as mulheres a contenção do corpo e de seus movimentos se faz mais presente. Para as pesquisadoras a escola é um “espaço privilegiado para o acesso a saberes que são potencialmente capazes de contribuir para a promoção da cidadania e da necessidade da igualdade e justiça social”. Ou seja, a reflexão das autoras instiga a pensar que, mesmo quando o corpo infantil é “livre”, essa liberdade está relacionada ao gênero.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



cultural, ela evidencia que as representações corporais difundidas pelas mídias são amplamente organizadas por adultos e corporações, que tecem padrões e expectativas sobre a infância.

Freitas e Carvalho (2023) identificam esse processo na experiência musical infantil mediada por algoritmos que selecionam conteúdos vinculados a interesses comerciais, favorecendo um consumo repetitivo e pouco reflexivo. Oliveira (2001) também demonstra como músicas e personagens televisivos orientam brincadeiras, e empobrecem sua dimensão inventiva e ampliam a centralidade da imagem. Diante disso, à escola cabe assumir uma posição crítica frente à cultura midiática: reconhecer sua presença nas infâncias contemporâneas, mas também abrir brechas para o inusitado, o criativo e o não padronizado. Somente assim será possível redimensionar o corpo como lugar de potência e liberdade, rompendo com a lógica do espetáculo e do consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este artigo, evidenciamos que a precarização do corpo infantil não se reduz ao uso excessivo das telas, mas é produzida por um conjunto de práticas e concepções que atravessam o cotidiano das instituições, como rotinas rígidas que controlam o tempo e o espaço, formações docentes pouco sensíveis à corporeidade e uma cultura midiática que transforma o corpo em imagem, consumo e performance. Nesse cenário, as telas atuam como intensificadoras de um processo já em curso: o de transformar o corpo em espectador, e não em protagonista da aprendizagem.

As análises apontaram para a urgência de práticas que reconheçam o corpo infantil como território de experiência, expressão e conhecimento. Pensar a Educação Infantil a partir da corporeidade é assegurar às crianças o direito ao brincar, ao movimento, à imaginação e ao encontro, experiências que não se ajustam à velocidade das telas nem à rigidez das rotinas escolares.

Durante o percurso investigativo, evidenciou-se também a ausência da voz dos

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS



Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



profissionais da Educação Infantil nos textos analisados, especialmente no que se refere à corporeidade, ao uso de telas e ao cotidiano pedagógico. Tal lacuna indica a necessidade de pesquisas que incorporem essas perspectivas, favorecendo um diálogo mais consistente entre teoria e prática e ampliando a compreensão sobre o corpo infantil e os desafios postos pelas tecnologias na Educação Infantil. Conclui-se, portanto, que refletir sobre o uso excessivo de telas é refletir sobre os modos como educamos, cuidamos e olhamos para a infância. O corpo infantil, tantas vezes disciplinado e imobilizado, precisa ser novamente compreendido em sua potência.

REFERÊNCIAS

ABREU, Valéria Fernandes de; FERNANDES, Luciana Barbosa; ALMEIDA, Carla. “Depois da Pandemia eu me acostumei”: O uso do Whatsapp como ferramenta de relação e participação das famílias na gestão da Educação Infantil. In: ANPED, 41., 2023, Manaus. **41ª Reunião Anual**. Manaus: ANPED, 2023. p. 1-6. Disponível em: <https://nacionais.anped.org.br/41/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

ARANTES, Maria do Carmo; MORAIS, Eduardo. Exposição e uso de dispositivo de mídia na primeira infância. **Residência Pediátrica**, [S.L.], v. 12, n. 4, p. 1-6, 2022. **Residência Pediátrica**. <http://dx.doi.org/10.25060/residpediatr-2022.v12n4-535>.

ARROYO, Miguel. (Orgs.) **Corpo-infância**: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos. 1. Petrópolis, RJ: Vozes. 2012.

AZEVEDO, Heloisa Helena; SCHNETZLER, Roseli Pacheco. Necessidades formativas de profissionais de educação infantil. In: ANPED, 24., 2001, Caxambu. **24ª Reunião Anual**. Caxambu: ANPED, 2001. p. 1-16. Disponível em: <http://24reuniao.anped.org.br/tp.htm#gt7>. Acesso em: 27 out. 2024.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. A rotina nas pedagogias da educação infantil: dos binarismos à complexidade. In: ANPED, 24., 2001, Caxambu. **24ª Reunião Anual**. Caxambu: ANPED, 2001. p. 1-16. Disponível em: <http://24reuniao.anped.org.br/tp.htm#gt7>. Acesso em: 04 nov. 2024.

BATISTA, Rosa. A rotina no dia-a-dia da creche: entre o proposto e o vivido. In: ANPED, 24., 2001, Caxambu. **24ª Reunião Anual**. Caxambu: ANPED, 2001. p. 1-16. Disponível em: <http://24reuniao.anped.org.br/tp.htm#gt7>. Acesso em: 27 out. 2024.

BORGES, Eliane Medeiros. Corpo, espetáculo e consumo: novas configurações midiáticas para a infância. **Media & Jornalismo**, v. 11, n. 11, p. 91-103, 2007.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido

Realização



Apoio



BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Secretaria de Comunicação Social. Crianças, adolescentes e telas: guia sobre usos de dispositivos digitais.** Brasília, DF, 2025.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de. Educação Infantil: Práticas escolares e o disciplinamento dos corpos. In: ANPED, 29., 2006, Caxambu. **29ª Reunião Anual.** Caxambu: ANPED, 2006. p. 1-16. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/>. Acesso em: 27 out. 2024.

FREITAS, Luisa Andries Nogueira de; CARVALHO, Maria Cristina Monteiro Pereira de. “Não precisa escolher, só aparece”: A influência da mídia digital na experiência musical de crianças. In: ANPED, 41., 2023, Manaus. **41ª Reunião Anual.** Manaus: ANPED, 2023. p. 1-6. Disponível em: <https://nacionais.anped.org.br/41/>. Acesso em: 28 out. 2024.

GARANHANI, Marynelma Camargo. Concepções e práticas de educadoras da pequena infância: em foco as fontes de saberes para o trabalho docente. In: ANPED, 28., 2005, Caxambu. **28ª Reunião Anual.** Caxambu: ANPED, 2005. p. 1-16. Disponível em: <http://28reuniao.anped.org.br/>. Acesso em: 27 out. 2024.

GOMES, Marineide de Oliveira. As identidades de educadoras de crianças pequenas: Um caminho do ‘eu’ ao ‘nós’. In: ANPED, 27., 2004, Caxambu. **27ª Reunião Anual.** Caxambu: ANPED, 2004. p. 1-16. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/>. Acesso em: 04 nov. 2024.

HAN, Byung-Chul. **Vita Contemplativa:** ou sobre a inatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

MACÊDO, Lenilda Cordeiro de; DIAS, Adelaide Alves. Tia, posso pegar um brinquedo? a ação das crianças no contexto da pedagogia do controle. In: ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **37ª Reunião Anual.** Florianópolis: ANPED, 2015. p. 1-17. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/>. Acesso em: 28 out. 2024.

MOMO, Mariângela. Condições culturais contemporâneas na produção de uma infância pós-moderna que vai à escola. In: ANPED, 31., 2008, Caxambu. **31ª Reunião Anual.** Caxambu: ANPED, 2008. p. 1-16. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/trabalho07.htm>. Acesso em: 16 nov. 2024.

MOMO, Mariângela; COSTA, Marisa Vorraber. Crianças que vão à escola no início do século xxi – elementos para se pensar uma infância pós-moderna. In: ANPED, 32., 2009, Caxambu. **32ª Reunião Anual.** Caxambu: ANPED, 2009. p. 1-17. Disponível em: http://32reuniao.anped.org.br/trabalho_gt_07.html. Acesso em: 18 nov. 2024.

MOMO, Mariângela. Elementos para se pensar a globalização da infância. In: ANPED, 29., 2006, Caxambu. **29ª Reunião Anual.** Caxambu: ANPED, 2006. p. 1-5. Disponível

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido

Realização



Apoio



em: <http://29reuniao.anped.org.br/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

MONTAGNOLI, Renata Lewandowski.; SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da; MELO, Marilândes Mól Ribeiro de. Para além do: menina veste rosa e menino veste azul, discutindo as relações de gênero na escola para a construção da cidadania. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 8, n. 3, 2021.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Priscila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do Conhecimento**: teoria e prática. Curitiba: Editora CRV, 2021. 174 p.

MULLER, Juliana Costa. Jogos e brincadeiras com o uso das tecnologias móveis na educação infantil: O que as crianças têm a nos dizer? In: ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **37ª Reunião Anual**. Florianópolis: ANPED, 2015. p. 1-17. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/>. Acesso em: 28 out. 2024.

MUNARIM, Iracema; GIRARDELLO, Gilka Elvira Ponzi. Crianças, mídias e cultura de movimento: (Des) caminhos para pensar o corpo na infância. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; SILVA, Maurício Roberto da (Org.). **Corpo infância: exercícios tensos de ser criança: por outras pedagogias dos corpos**. Petrópolis: Vozes, 2012.

NOGUEIRA, Simone do Nascimento. A escuta e o diálogo construindo relações e práticas docentes humanizadas na escola. In: ANPED, 41., 2023, Manaus. **41ª Reunião Anual**. Manaus: ANPED, 2023. p. 1-6. Disponível em: <https://nacionais.anped.org.br/41/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

ODININO, Juliane di Paula Queiroz; MININI, Vanda Cristina Moro. A cultura midiática na educação infantil: compartilhando experiências com meninos e meninas. In: ANPED, 34., 2011, Natal. **34ª Reunião Anual**. Natal: ANPED, 2011. p. 1-5. Disponível em: http://34reuniao.anped.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=105:posteres-gt07-educacao-de-criancas-de-0-a-6-anos&catid=48:posteres&Itemid=60. Acesso em: 28 out. 2024.

OLIVEIRA, Alessandra Mara Rotta de. Com olhos de criança: o que elas falam, sentem e desenham sobre sua infância no interior da creche. In: ANPED, 24., 2001, Caxambu. **24ª Reunião Anual**. Caxambu: ANPED, 2001. p. 1-24. Disponível em: <http://24reuniao.anped.org.br/tp.htm#gt7>. Acesso em: 04 nov. 2024.

OLIVEIRA, Gislene de Campos. **Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico**. 8. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

RAMOS, Tacyana Karla Gomes. As crianças no centro da organização pedagógica: O que os bebês nos ensinam? Qual a atuação de suas professoras? In: ANPED, 35., 2012, Porto de Galinhas. **35ª Reunião Anual**. Porto de Galinhas: ANPED, 2012. p. 1-17. Disponível em: <http://35reuniao.anped.org.br/trabalhos/106-gt07>. Acesso em: 22 nov. 2024.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido

Realização



Apoio



RICHTER, Ana Cristina. Sobre a presença de uma pedagogia do corpo na educação da infância. In: ANPED, 28., 2005, Caxambu. **28ª Reunião Anual**. Caxambu: ANPED, 2005. p. 1-18. Disponível em: <http://28reuniao.anped.org.br/>. Acesso em: 27 out. 2024.

SALGADO, Raquel Gonçalves; FERRARINI, Anabela Rute Kohlmann; LUIZ, George Moraes de. Crianças mirando-se no espelho da cultura: corpo e beleza na infância contemporânea. In: ANPED, 35., 2012, Porto de Galinhas. **35ª Reunião Anual**. Porto de Galinhas: ANPED, 2012. p. 1-16. Disponível em: <http://35reuniao.anped.org.br/trabalhos>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SILVA, Ana Paula Soares; ROSSETTI-FERREIRA, Clotilde M.. Desafios atuais da educação infantil e da qualificação de seus profissionais: onde o discurso e a prática se encontram? In: ANPED, 23., 2000, Caxambu. **23ª Reunião Anual**. Caxambu: ANPED, 2000. p. 1-13. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0707t.PDF>. Acesso em: 27 out. 2024.

SILVA, Marta Regina Paulo da; SANTOS NETO, Elydio dos; ALVES, Maria Leila. Por uma pedagogia da infância oprimida: As crianças e a infância na obra de Paulo Freire. In: ANPED, 31., 2008, Caxambu. **31ª Reunião Anual**. Caxambu: ANPED, 2008. p. 1-18. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/trabalho07.htm>. Acesso em: 16 nov. 2024.

SILVEIRA, Débora de Barros. A apequenação das crianças de zero a seis anos: um estudo sobre a produção de uma prática pedagógica. In: ANPED, 24., 2001, Caxambu. **24ª Reunião Anual**. Caxambu: ANPED, 2001. p. 1-8. Disponível em: <http://24reuniao.anped.org.br/tp.htm#gt7>. Acesso em: 27 out. 2024.

SIMÃO, Márcia Buss. Concepções de corpo, infância e educação na produção científica brasileira (1997-2003). In: ANPED, 31., 2008, Caxambu. **31ª Reunião Anual**. Caxambu: ANPED, 2008. p. 1-18. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/trabalho07.htm>. Acesso em: 28 out. 2024.

STEININGER, Isabela Jane. A prática pedagógica nas instituições de educação infantil: Um estudo de caso sobre o que indicam as professoras. In: ANPED, 32., 2009, Caxambu. **32ª Reunião Anual**. Caxambu: ANPED, 2009. p. 1-6. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/posteres.html>. Acesso em: 28 out. 2024.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA – SBP. **Manual de Orientação: Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital (2019-2021)**. #Menos telas #mais saúde. Rio de Janeiro: SBP; 2019.

SOUZA, Solange Jobim e; PEREIRA, Rita Marisa Ribes. **Infância, conhecimento e contemporaneidade**. In: KRAMER, S.; LEITE, M. I. (Org.). Infância e produção cultural. Campinas, SP: Papyrus, 1998. p. 25-42.